

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.675 - MG (2019/0299026-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**SUSCITANTE** : **TRANVALENTE LOGISTICA LIMIDADA EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **RONAN SARAIVA FRANCO AMARAL - MG107157**  
 : **BRAULIO FERREIRA DUTRA - MG152124**  
 : **JOAO ANDRE DA SILVA NETO - MG180233**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE VESPASIANO - MG**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 25A VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA**  
**INTERES.** : **JAILSON DOS SANTOS GONZAGA**

### **DECISÃO**

1. Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, suscitado por Transvalente Logística Limitada, em Recuperação Judicial, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG e do Juízo de Direito da 25ª Vara do Trabalho de Salvador/BA.

Afirma, na inicial, ter ajuizado pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/02/2015 (fls. 32-43), tendo sido homologado o plano de recuperação em 16/5/2017.

Contudo, o segundo Juízo suscitado determinou, nos autos da reclamação trabalhista n. 0009022-29.2015.8.13.0290, o redirecionamento da execução à Companhia de Bebidas das Americas - AMBEV, em 18/7/2019 (fls. 30-31).

Assim, tendo em vista que o redirecionamento da execução interfere diretamente na atividade empresarial da suscitante, inviabilizando o cumprimento de suas atividades, uma vez que sofrerá retenção de crédito nas faturas de pagamentos futuros realizados pela devedora subsidiária, requer a concessão da liminar para determinar a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo juízo laboral e para designar o Juízo da recuperação para resolução de medidas urgentes.

É o relatório.

2. A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo Juízo universal.

Nessa linha, via de regra, não se verifica a possibilidade de prosseguimento automático das execuções individuais posteriormente ao processamento e, por conseguinte, à aprovação do plano de recuperação judicial, de modo que é atribuída exclusividade ao Juízo universal onde se processa a recuperação para a prática de atos de execução do patrimônio da sociedade recuperanda.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A razão de ser da supremacia dessa regra de competência é a concentração, no Juízo da recuperação judicial, de todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a tentativa de mantê-la em funcionamento.

Dessarte, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa recuperanda.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes da Segunda Seção:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. **A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.**

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar."

(CC n. 101.477/SP, Relator Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010.)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS ANTERIORES À QUEBRA.

- É do juízo falimentar a competência para decidir sobre o **destino dos depósitos recursais** feitos no curso de reclamação trabalhista movida contra a falida, ainda que anteriores à decretação da falência.

(AgRg no CC n. 87.194/SP, Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/9/2007, DJ 4/10/2007)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAR QUE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL, O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO ABSTENHA-SE DE PRATICAR ATOS EXECUTÓRIOS QUE IMPORTEM NA CONSTRIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE BENS DA EMPRESA SUSCITANTE E DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR, EM CARÁTER PROVISÓRIO, AS MEDIDAS URGENTES.

CONFLITO EM QUE SE DISCUTE A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE EMPRESA SOB RECUPERAÇÃO.

# Superior Tribunal de Justiça

COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DEVENDO-SE, TODAVIA, SUBMETER A PRETENSÃO CONSTRITIVA DIRECIONADA AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AO JUÍZO UNIVERSAL. ENTENDIMENTO PERFILHADO PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. EXEGESE QUE NÃO ENSEJA INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Considerando que a controvérsia gira em torno da destinação do patrimônio de empresa sob recuperação judicial, e não sobre a definição da competência para o processamento de execução fiscal, o conflito deve ser processado e julgado pela Segunda Seção, nos termos do art. 9º, § 2º, IX, do RISTJ. Precedentes.

2. De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito da Segunda Seção desta Corte de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/05, **a pretensão constritiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à análise do juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.**

3. A exegese ora adotada de modo algum encerra violação ao Princípio da Reserva de Plenário, previsto no art. 97 da Constituição Federal, notadamente porque não se procedeu à declaração de inconstitucionalidade, mas sim à interpretação sistemática dos dispositivos legais sobre a matéria. Precedentes da Segunda Seção do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 136.040/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 19/05/2015)

3. Com efeito, o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG em 13/02/2015 (fls. 32-43) e homologado o plano de recuperação em 16/5/2015.

Cabe ressaltar que, no caso concreto, a constrição do patrimônio da recuperanda é passível de ocorrer indiretamente, em virtude da cláusula constante no contrato de prestação de serviços celebrado entre as reclamadas, que prevê a retenção de crédito nas faturas a serem pagas à suscitante, na hipótese de redirecionamento de execução trabalhista contra a devedora subsidiária.

Contudo, o Juízo laboral determinou o redirecionamento da referida execução à Companhia de Bebidas das Americas - AMBEV, em 18/7/2019 (fls. 30-31).

Encontram-se presentes, portanto, o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

4. Ante o exposto, nos termos dos arts. 955 do NCPC e 196 do RISTJ, concedo a liminar para determinar a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Juízo

# *Superior Tribunal de Justiça*

laboral e de qualquer ato expropriatório do patrimônio da recuperanda nos autos da reclamação trabalhista retrocitada, até decisão final no presente conflito; designando o Juízo da recuperação judicial para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

**5.** Comunique-se, **com urgência**, o inteiro teor desta decisão aos juízos suscitados, a quem devem ser solicitadas informações (art. 954 do NCPC).

**6.** Ouça-se, em seguida, o Ministério Público Federal (art. 956 do NCPC).

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

